Entre aproveitar outras coisas, filhos e livros: O Perfil das "*childless*" brasileiras

Monique Fernanda Félix Ferreira[1]

Ana Paula Verona[2]

A Taxa de Fecundidade Total (TFT) diminuiu substancialmente no Brasil nas últimas décadas, passando de 6,0 filhos em 1960 para 1,9 em 2010. Conforme projeções, o nível da fecundidade tende a continuar caindo em todo território brasileiro, sendo intensificadas pelo efeito *tempo*, *quantum* e de *composição por parturição*. Em contextos de baixa fecundidade, o aumento percentual de mulheres que estão no final do período reprodutivo e não tiveram filhos (*childless*) deve ser pauta dos demógrafos e formuladores de políticas sociais devido a necessidade de reestruturação de políticas e serviços. **OBJETIVO:** Caracterizar as mulheres de 40 a 49 anos que não tem filhos a partir de variáveis sociais, econômicas e culturais. **METODOLOGIA:** Modelo multivariado de regressão logística utilizando dados da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher (PNDS) realizada em 2006. **RESULTADOS:** As *childless*: residem predominantemente no perímetro urbano (86,62%); se autodeclaram pardas ou brancas (respectivamente, 43,32% e 39,9%); são mais escolarizadas; 48,87% nunca se casaram; 66,35% são sexualmente ativas; 53,17%% utilizam algum tipo de método contraceptivo; a idade mediada à primeira relação sexual é de 20 anos e são predominantemente católicas (57,05%). Os resultados mostram ainda que ser solteira, ter um rendimento domiciliar igual ou maior que um salário mínimo, ter ensino fundamental completo, usar método contraceptivo, ter postergado a primeira atividade sexual, nessa ordem reduzem a chance de ter filhos. Dentre os principais razões que impactaram a decisão de não ter filhos destacam-se: "querer estudar e aproveitar outras coisas".

Palavras-chave: fecundidade; comportamento reprodutivo mulheres que não tiveram filho; PNDS.

Área temática: Demografia

[1] Mestranda do curso de Pós Graduação em Demografia – CEDEPLAR/FACE/UFMG – moniquefelix@outlook.com
[2] Professora Adjunta do Departamento de Demografia – CEDEPLAR/FACE/UFMG - anapaulaverona@gmail.com

1. Introdução

Dentre os componentes da dinâmica demográfica, a fecundidade é o componente mais complexo e decisivo da transição demográfica devido suas repercussões sobre as mudanças da estrutura etária e implicações para as relações intergeracionais (Carvalho; Garcia, 2003).

A preocupação com as taxas de fecundidade oscilou desde a possibilidade de uma explosão demográfica, com aumento desacelerado da população, à "ameaça" de taxas abaixo do nível de reposição – redução do número absoluto da população/alteração da taxa de crescimento, aumento da participação relativa de idosos/reconfiguração do perfil da população.

Grosso modo, a mudança de altas taxas de fecundidade para baixas caracteriza o processo de Transição da Fecundidade, que de acordo com Souza e Sartoris (2006) é um fenômeno social relevante que afeta a dinâmica do crescimento demográfico e a estrutura etária da população, com amplos reflexos nas políticas de educação, saúde, emprego e previdência.

O Brasil presenciou um rápido declínio das taxas de fecundidade, passando de uma Taxa de Fecundidade Total (TFT) de aproximadamente 6,0 filhos por mulher em 1960 para uma TFT 1,9 filhos em 2010, ou seja, uma taxa inferior ao nível de reposição (2,1 filhos por mulher).

No que tange as TFTs, a análise de coorte elucida a tendência de comportamento reprodutivo vindouro e prenuncia taxas de fecundidade consideradas "muito baixas" (inferior a 1,5) para as coortes de mulheres que iniciaram o período reprodutivo a partir de 2005. Taxas de fecundidade muito baixas significa que grande parcela das mulheres em idade reprodutiva que, por escolha deliberada ou constrangimento de suas preferências reprodutivas, abstiveram (e estão se abstendo) de terem filhos. No longo prazo, a fecundidade muito baixa leva a intensificação do processo de envelhecimento populacional e a uma diminuição muito rápida da população (se não houver uma entrada maciça de imigrantes) (Alves, Cavenagui e Barros, 2010).

Esse panorama reflete rápidas mudanças sociais, culturais e econômicas, principalmente no que tange o número desejado de filhos, oferta de métodos contraceptivos/planejamento familiar, investimento em capital humano e alteração na estrutura familiar. O conjunto dessas mudanças e a tendência de convergência – homogeneidade das taxas de fecundidade para diferentes perfis socioeconômicos e regionais – são imbuídos de desafios para a sociedade. Desta forma, emerge a necessidade de se conhecer o perfil da queda de fecundidade para níveis muito baixos, bem como suas variáveis explanatórias (Berquó; Cavenaghi, 2004).

O panorama traçado acima, corrobora com a Segunda Transição Demográfica (STD) que atribui a baixa fecundidade às mudanças nos sistemas de valores que passaram a favorecer auto realização e opções individuais. Desta forma, a redução da pressão social por ter filhos e o investimento em capital humano pode ter favorecido a decisão voluntária das mulheres em abster de filhos.

Segundo Van de Kaa, são características da STD: a) fecundidade abaixo do nível de reposição; b) postergação da maternidade/paternidade; c) mudança nas estruturas familiares – famílias com arranjos diversificados; d) ruptura da associação entre filhos e casamento; e) surgimento de outras formas união – coabitação, união estável e etc.; f) deslocamento do foco do casal adulto - passou da criança para outros investimentos *("double income, no child"*) e g) crescimento da imigração (Alves e Cavenaghi, 2008).

Apesar das características traçadas por Van de Kaa se referirem à experiência Europeia, a tendência está se espalhando para outros continentes e países – com algumas alterações, dependendo do perfil local – no Brasil, por exemplo, há evidências de alteração do arranjo familiar, surgimento de outras formas de união e aumento da idade média à maternidade, contudo tem um saldo migratório negativo.

O arranjo familiar em que o casal trabalha e não tem filhos (*double income, no child*) e homens e mulheres que não se casam e têm filhos, geralmente atribuem maior valor para a autossatisfação e para a realização desejos de consumo e lazer, em detrimento de uma satisfação futura de novas gerações (Alves, Cavenagui e Barros, 2010).

Outra teoria que pode ser invocada para explicar as baixas taxas de fecundidade é a Teoria da Equidade de Gênero de McDonald. Segundo essa teoria as mulheres ganharam espaço no mercado de trabalho e passaram a competir com os homens, contudo essa igualdade de gênero nem sempre é observada na estrutura familiar: as mulheres são pressionadas por duplas jornadas de trabalho (no mercado e em casa). Desta forma, as mulheres, principlamente as mais instruídas, tendem a optar por não casar e quando o fazem, tendem a abster de filhos - fato que reoercute sobre as taxas de fecundidade (seja no sentido de reduzir o tempo de exposição ao risco de engravidar, culminando com a produção de apenas um filho ou infecundidade, seja pela escolha deliberada em não ter filhos, visto as desiguldades existentes).

Para além das teorias citadas acima, a variável biológica "infertilidade" também possui impacto sobre as taxas de fecundidade, demandando estudos sobre o percentual de mulheres que não tiveram filhos devido incapacidade biológica (Tanturri *et. al*, 2015).

No que tange o Brasil e considerando a tendência de convergência das taxas de fecundidade para baixos níveis, Alves de Cavenaghi (2008), sugerem estudos sobre o movimento de "retirada da procriação" com o crescimento do número de mulheres e casais sem filhos - realidade compartilhada por alguns países da América Latina.

Diante o contexto de baixa fecundidade, o aumento percentual de mulheres que estão no final do período reprodutivo e não tiveram filhos deve tornar-se foco de estudos com o objetivo de conhecer o perfil dessas mulheres e as razões que motivaram (ou condicionaram) o comportamento reprodutivo, a fim de: a) compreender a transição da fecundidade no país; b) mensurar o impacto do aumento de *"childless"* nas taxas de fecundidade e c) reestruturar políticas e serviços às demandas/necessidades pronunciadas com esse comportamento reprodutivo. Em suma, a caracterização dessas mulheres permite verificar se há déficits no planejamento familiar, se o número desejado de filhos corresponde ao número tido e, em última análise, se as conjunturas sociais e econômicas constrangem a escolha deliberada do número de filhos.

Logo, o objetivo do estudo é caracterizar as mulheres de 40 a 49 anos que relataram não ter filhos a partir de características sociais, econômicas e culturais. Os dados necessários para o estudo são provenientes da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher (PNDS) realizada em 2006, no Brasil.

2. Metodologia

Trata-se de um estudo que visa descrever o perfil das mulheres brasileiras que findaram o período reprodutivo e não tiveram filhos. Os dados utilizados neste estudo são provenientes da PNDS de 2006.

A PNDS é uma pesquisa de representatividade que teve como propósito caracterizar a população feminina em idade fértil e as crianças menores de cinco anos segundo fatores demográficos, socioeconômicos e culturais. O universo em estudo é formado por domicílios particulares em setores comuns ou não especiais (inclusive favelas), selecionados em dez estratos amostrais, que compõem uma combinação de todas as cinco grandes regiões geográficas brasileiras e as áreas urbanas e rurais (Brasil, 2009).

Como se trata de uma amostra complexa, antes de iniciar as análises procedeu-se com a atribuição de peso segundo o estrato e o conglomerado. Ao total, participaram 15.575 mulheres de 15-49 anos de idade. Estudou-se especificamente o grupo etário de 40 a 49 anos, que corresponde a 24,04% da amostra. Foram excluídas do estudo as observações de mulheres entre 40 e 49 anos sem informação do número de filhos tidos, sendo avaliadas informações de 3.744 mulheres (24,03%) da amostra de mulheres de 15-49 anos da PNDS.

Considerando o escopo do estudo, a variável referente ao número de filhos tidos foi transformada em uma variável binária "tem_filhos", atribuindo-se valor 0(zero) para aquelas mulheres que responderam que não tem filhos e 1 (um) para aquelas que informaram ter um ou mais filhos. Os resultados são apresentados para o país como um todo por: situação de domicílio,

macrorregião, cor autodeclarada, rendimento domiciliar no último mês, escolaridade/ anos de estudo, religião, estado conjugal, uso de método contraceptivo, idade ao início do uso de contracepção, idade à primeira relação sexual e prática de atividades sexuais nos últimos 12 meses.

A escolha das variáveis que compôs o estudo baseia-se na literatura internacional existente sobre a caracterização das mulheres que não tiveram filhos e na disponibilidade de tais variáveis no banco de dados utilizado. Ajustou-se o modelo multivariado de regressão logística para identificar potenciais fatores de confundimento, modificadores de efeito e estimar razões de chance de não ter filhos, controlando para os efeitos das demais variáveis incluídas no modelo final. Foram consideradas para entrar no modelo as variáveis com *p-valor < 0,20* na correlação, permanecendo, no modelo final, as variáveis com *p-valor < 0,05*. Todas as análises estatísticas foram realizadas utilizando-se o pacote estatístico Stata® versão 10.0 (Stata Corp., College Station, Estados Unidos).

3. Resultados e Discussão

O estudo é composto por 3.744 observações de mulheres entre 40 e 49 anos, sendo 11,36% mulheres que não tiveram filhos - *childless* (corresponde a 426 mulheres) e 88,64% mulheres que tiveram um ou mais filhos (3.318 mulheres).

3.1 Análise Descritiva

No que tange as características socioeconômicas e culturais, tem-se que as mulheres que não tiveram filhos:

a. Residem predominantemente no perímetro urbano (86,62%) e aproximadamente 47,2% são do Sudeste;
b. Se autodeclaram pardas ou brancas (respectivamente, 43,32% e 39,9%);
c. São mais escolarizadas que as mulheres da mesma faixa etária que tem filhos - 27,75% possuem 11 anos de estudo e 24,6% possuem 12 anos ou mais de estudo, enquanto 17,47% das mulheres que tiveram um ou mais filhos têm 11 anos de estudo e apenas 12,23% delas possuem 12 ou mais anos de estudo;
d. A mediana do rendimento domiciliar das *childless* é de R$ 1.725,00 enquanto das mulheres que tiveram filhos é de R$ 1.000,00;
e. 48,87% são solteiras (nunca se casaram/coabitaram) e 6,6% são solteiras, mas já se casaram/coabitaram alguma vez (divorciada, separada, desquitata);
f. 66,35% são sexualmente ativas – teve relações sexuais nos últimos 12 meses;
g. 53,17%% das *childless* utilizam algum tipo de método contraceptivo, enquanto 50,47% das mulheres que tem um ou mais filhos utilizam algum método contraceptivo atualmente.
h. A idade mediana ao início do uso de contracepção das *childless* (22 anos) é maior que a idade mediana observada entre as mulheres que tiveram um ou mais filhos (20 anos).
i. A idade mediada à primeira relação sexual das mulheres que não tiveram filhos também é superior (20 e 18 anos).
j. Assim como as mulheres que tem um ou mais filhos, as *childless*, são predominantemente católicas (respectivamente 64,5% e 57,05%).

Os resultados acima corroboram com a literatura, no que tange à educação, estado civil e renda. Segundo Livingston e Cohn (2010) o percentual de mulheres de 40-44 anos que não tiveram filhos nos EUA passou de 10% em 1976 para 18% em 2008. Esse aumento deve-se principalmente às mulheres mais escolarizadas, brancas e solteiras. Os autores atribuem à esse aumento: a) redução da pressão social em ter filhos – a escolha passou a ser uma escolha do individuo; b) acesso a diferentes métodos contraceptivos; c) melhoria no mercado de trabalho e d) postergação do matrimônio.

No que tange a oferta de métodos contraceptivos, no Brasil o uso de contraceptivos aumentou acentuadamente nas últimas décadas, passou de 77,9%[3] em 1996 para 81,6% em 2006[4], no grupo de mulheres unidades com idades entre 15 a 49 anos. Esse aumento deve-se principalmente à expansão de uso nos estratos menos favorecidos da população feminina (Perpétuo, Wong, 2009). Além da melhora do acesso, há também métodos diferenciados que adapta às necessidades e demandas dos indivíduos.

Segundo Abma e Martinez (2006) a influência da religiosidade sobre a fecundidade possui um arcabouço teórico e empírico consolidado, mas o poder dessas instituições sobre o comportamento dos indivíduos vem mudando ao longo do tempo. No Brasil, há indícios que a exposição religiosa precoce tem relações com o comportamento sexual dos jovens, contudo outras associações não são observadas com o conjunto de bases de dados existentes.

3.2 Construção do modelo

Parte das variáveis supracitadas foram dicotomizadas com o intuito de construir um modelo parcimonioso que explique a variável latente. O processo de escolha das variáveis que compõem o modelo é composto por duas etapas: a) teoria subjacente e b) análise descritiva com testes de correlação (Tabela 1). Nessa segunda etapa, foram escolhidas as variáveis cujo *p-valor<0,20*. Na Tabela 1 encontram-se as variáveis escolhidas para compor a análise descritiva (teoria subjacente), a frequência das mesmas, o tipo de correlação utilizada, bem como seus respectivos coeficientes e *p-valores*. As correlações utilizadas foram a tetracórica e a correlação bisseriana.

Tabela 1

Teste de correlação das variáveis sociais e econômicas. Brasil, Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher, 2006

Variável	**n**	**Tem filhos**		**Coeficiente**	**Correlação**	***p-valor***
		Sim (1)	**Não (0)**			
Situação do domicílio						
Rural (0)	586	529	57	-0,1557	Tetracórica	**0,0002**
Urbano (1)	3.158	2789	369			
Região						
Norte	201	187	14			
Nordeste	870	738	132			
Sudeste	1.730	1.529	201	0,0187	Pbis	0,253
Sul	660	604	56			
Centro-Oeste	283	260	22			
Uso método contraceptivo atualmente						
Sim (1)	758	582	176	-0,5282	Tetracórica	**0,0000**
Não (0)	2.778	2.663	115			
Idade mediana ao início do uso de método contraceptivo	3.344	18	21	-0,0973	Pbis	**0,0001**
Idade mediana ao início da relação sexual	3.315	18	20	-0,1964	Pbis	**0,0001**

[3] 41,3% esterilização; 18,2% pílula; 7,8% Condom; 3,0% outros tipos de contraceptivos – DIU, diafragma, injeções e etc – 2,9% abstinência periódica ; 3,0% coito interrompido.

[4] 31% esterilização; 27,4% pílula; 13,0% Condom; 7,0% outros tipos de contraceptivos – DIU, diafragma, injeções e etc – 1,0% abstinência periódica; 2,1% coito interrompido.

Continua...

Teste de correlação das variáveis sociais e econômicas. Brasil, Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher, 2006

Variável	n	Tem filhos		Coeficiente	Correlação	*p-valor*
		Sim (1)	Não (0)			
Cor autodeclarada						
Branco (1)	1.674	1.504	170	-0,0506	Tetracórica	**0,1949**
Não-branco(0)	2.070	1.815	256			
Indígena(1)	52	48	4	0,0353	Tetracórica	1,0000
Não-indígena(0)	3.692	3.271	421			
Religião Atual						
Não tem religião(1)	172	131	41	-0,0835	Tetracórica	0,2101
Tem religião (0)	3.572	3.187	385			
Cristã(1)	2.937	2.937	0	0,1325	Tetracórica	**0,0061**
Não-cristã(0)	465	382	83			
Anos de Estudo						
Zero anos de estudo (1)	245	229	16	0,187	Tetracórica	**0,0049**
1 ou mais anos de estudo (0)	3.498	3.090	409			
Fundamental completo (1)	1.949	1.642	307	-0,3077	Tetracórica	**0,0000**
Não tem ens. fundamental completo (0)	1.795	1.676	119			
Médio completo (1)	1.298	1.065	234	-0,2919	Tetracórica	**0,0000**
Não tem ens. médio completo (0)	2.446	2.254	192			
Superior(1)	600	485	115	-0,2687	Tetracórica	**0,0000**
Não tem Superior (0)	3.144	2.833	310			
≥ 4 anos de estudo(1)	2.958	2.591	367	-0,1995	Tetracórica	**0,0000**
< 4 anos de estudo(0)	786	727	59			
Rendimento domiciliar						
≥ Salário mínimo (1)*	3.083	2.696	387	-0,1845	Tetracórica	**0,0001**
< Salário mínimo (0)	660	622	38			
Estado conjugal						
Casada ou unida (1)	2.851	2.676	176	0,4730	Tetracórica	**0,0000**
Não é casada ou unida (0)	893	643	250			
Solteira(1)	254	46	208	-0,8649	Tetracórica	**0,0000**
Não solteira (0)	3.490	3.273	217			
Divorciada ou separada (1)	861	466	395	0,1695	Tetracórica	**0,0008**
Não é divorcidada ou casada (0)	2.883	2.853	30			
Sexualmente ativa						
Relação sexual nos últimos 12 meses (1)	3.251	2.968	283	0,2246	Tetracórica	**0,0000**
Não teve relação sexual nos últimos 12 meses (0)	493	393	100			

* Salário mínimo = R$380,00 (Referência 2006/2007)

Fonte: Elaboração própria

Segundo Lira (2004) o coeficiente de correlação tetracórico é uma estimativa do coeficiente de correlação linear de Pearson entre duas variáveis latentes (y^* e x^*) - ambas contínuas e normais - subjacentes às variáveis dicotômicas Y e X efetivamente observadas. Logo, é a correlação obtida através de um coeficiente designado r_t , que se aplica quanto as variáveis são contínuas, de distribuição normal e artificialmente dicotomizadas.

O coeficiente tetracórico assume valores entre -1 e 1:

$r_t = 1$: *Significa que há uma correlação perfeita e positiva entre as variáveis*

$r_t = -1$: *Significa que há uma correlação perfeita e negativa entre as variáveis*

$r_t = 0$ – *Significa que não há uma correlação entre as variáveis*

Algumas suposições são básicas para a utilização do coeficiente de correlação tetracórico são de que: a) as variáveis latentes devem ser contínuas e normalmente distribuídas; b) relacionadas linearmente e c) ainda, X e Y devem ser dicotomizadas (ao serem medidas).

A correlação bisserial é uma estimativa do Coeficiente de Correlação Linear de Pearson entre uma variável contínua *Y* e uma variável "latente" x^* (contínua e normal), subjacente à variável dicotômica *X*. Em outras palavras, o ponto bisserial (PBIS) é usado quando correlacionando uma variável dicotômica com uma variável contínua.

O coeficiente bisserial é utilizado em situações em que ambas as variáveis correlacionadas são passíveis de ser medidas como contínuas, mas, por alguma razão, uma delas foi reduzida a duas categorias.

Assim coeficiente bisseriano assume valores entre -1 e 1:

$r_b = 1$: *Significa que há uma correlação perfeita e positiva entre as variáveis*

$r_b = -1$: *Significa que há uma correlação perfeita e negativa entre as variáveis*

$r_b = 0$ – *Significa que não há uma correlação entre as variáveis*

Com os critérios propostos, somente as variáveis referentes à "região" e "cor-autodeclarada" não foram inclusas no modelo inicial. Foram realizados modelos progressivos e testados diferentes conjuntos de variáveis. Por fim optou-se pelo modelo com maior ajuste aos dados e cujas variáveis tem um *p-valor <0,05* (Tabela 2):

Tabela 2

Modelo de regressão utilizando variáveis econômicas e sociais. Brasil, Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher, 2006

tem_filhos	Coef.	Odds Ratio	Linearized Std. Err.	t	p-valor	[95% Conf. Inverval - Coef.]	
uso_mcc_atualm	-0,0262	0,9742	0,0039	-6,79	0,0000	-0,0338	-0,0186
idade_mcc	-0,0087	0,9913	0,0036	-2,45	0,0150	-0,0157	-0,0017
idade_sexo	-0,0161	0,9840	0,0077	-2,09	0,0370	-0,0313	-0,0010
cristã_atualm	0,9092	2,4822	0,3546	2,56	0,0100	0,2134	1,6049
salário_mínimo	-1,0698	0,3431	0,3713	-2,88	0,0040	-1,7983	-0,3413
fundamental_completo	-0,7829	0,4571	0,2665	-2,94	0,0030	-1,3058	-0,2599
solteira	-4,0256	0,0179	0,3054	-13,2	0,0000	-4,6248	-3,4263
_cons	4,3542	7,7801	0,5148	8,46	0,0000	3,3441	5,3642

Fonte: Elaboração própria

A variável "uso_mcc_atualm" é binária, ou seja, assume valores de 0 (zero) para aquelas mulheres que não usam nenhum método contraceptivo atualmente e 1 (um) para aquelas mulheres que relatam usar algum método contraceptivo – seja ele tradicional ou moderno. A "idade_mcc" corresponde à idade ao início do uso de contraceptivo; de forma análoga tem-se a idade à primeira relação sexual. No que tange à religião atual, optou-se por dicotomizar a variável, em que 1 (um) representa as religiões católicas e evangélicas e 0 (zero) as demais religiões (espírita, sem religião, afro-brasileiro e outras). O mesmo foi feito para a variável referente a estado conjugal: para as mulheres solteiras foi atribuído o valor de 1 (um) e para as demais classificações (separada, divorciada, desquitada, casada, em união formal) foi atribuído o valor de 0 (zero).

No banco de dados utilizado, a informação sobre educação é representada por anos de estudo. Inicialmente os anos de estudo foram categorizados segundo níveis de escolaridade, posteriormente cada nível foi transformado em uma variável binária, com o intuito de verificar qual nível educacional tem maior efeito sobre a variável resposta. Esperava-se que o nível educacional "superior" exercesse maior influência sobre ter ou não filho(s), contudo a maior significância foi atribuída à variável "fundamental_completo" – supõem-se que seja devido ao efeito de composição. As mulheres que compõem o estudo são da coorte de nascimentos de 1957 a 1966 – e viveram a juventude por volta de 1977 a 86 – épocas em que o ensino superior não atingia todos os estratos da população.

O modelo com as variáveis supracitadas explica 41,39% da variabilidade da variável resposta, no caso "tem_filhos". Considera-se um bom ajuste visto que ter filhos ou não, perpassa a esfera social, cultural, econômica e biológica.

As variáveis do modelo, com exceção da variável "cristã_atualmente" tem efeito negativo sobre a variável resposta, ou seja, usar método contraceptivo, ter um rendimento domiciliar igual ou maior que um salário mínimo, ter o ensino fundamental completo, ser solteira, postergar a idade ao início do uso de métodos contraceptivos e a idade à primeira atividade sexual contribuem para que a variável resposta se aproxime do 0 (zero) – no caso, é não ter filhos. De acordo com a Tabela 2, tem-se:

a. A chance de ter um ou mais filhos de uma mulher que não usa é 2,65% maior do que aquela mulher que usa contraceptivo;
b. A mulher que tem um ano a mais na idade ao início do uso de método contraceptivo tem 99,13% da razão de chances das mulheres que tem um ano a menos na idade de início do uso de método contraceptivo;
c. A mulher que posterga o início da atividade sexual tem 98,39% da razão de chances de uma mulher que iniciou sua atividade sexual um ano mais cedo.
d. A chance de uma mulher não-cristã de ter um ou mais filhos é 40,28% inferior à chance de uma mulher que é cristã.
e. A chance de ter um ou mais filhos de uma mulher, que reside em um domicílio em que o rendimento mensal é menor que um salário mínimo, é 2,91% maior do que aquela mulher que reside em domicílio em que a renda domiciliar é igual ou maior que um salário mínimo;
f. A chance de ter um ou mais filhos da mulher que não tem fundamental completo é 2,15% maior que a chance das mulheres que completaram o ensino fundamental;
g. A chance de ter um ou mais filhos de uma mulher não-solteira é de 56,01% maior que a chance das mulheres solteiras.

Conforme abordado anteriormente, ter ou não filhos perpassa dimensões que não são passíveis de serem mensuradas apenas com dados qualitativos, uma vez que diz respeito às preferências reprodutivas dos indivíduos, que por sua vez são influenciadas pelas intuições que compõem o contexto em que vive.

Com o intuito de verificar as razões do comportamento reprodutivo das mulheres com mais de 30 anos, que no momento da pesquisa não tinham filhos, a PNDS 2006 tem uma seção dedicada à apuração de um conjunto de possíveis razões para o comportamento reprodutivo supracitado, desta forma as mulheres avaliaram se a razão apresentada impactou ou não seu comportamento. Utilizando-se um filtro específico foi possível verificar as respostas das mulheres que compõem o

estudo. Das 426 mulheres que não tiveram filhos, 291 responderam à essa seção específica do inquérito, os resultados são sumarizados nas Tabelas 3 e 4 e ordenados em ordem decrescente.

No inquérito cada razão que consta na Tabela 3 foram apresentadas à cada mulher, que deveria responder se essa razão impactou ou não seu comportamento (não ter filho nascido vivo). Desta forma tem-se um conjunto de razões que foram frequentemente apontadas pelas mulheres.

Dentre as principais razões que impactaram o comportamento reprodutivo das mulheres em estudo, encontram-se "estudar" e "querer aproveitar outras coisas". A abertura do mercado de trabalho às mulheres e aumento da demanda por investimento em capital humano, o custo de oportunidade de um filho aumentou consideravelmente. Esse custo é uma das principais explicações para a associação entre status socioeconômico e a postergação e renúncia da fecundidade. A dificuldade em se compatibilizar a maternidade com a vida profissional tem sido tema dos estudos sobre trabalho e fecundidade. Por outro lado, há alguns autores que sugerem que as mulheres com maior renda e realização na carreira podem utilizar esses recursos para facilitar a experiência da maternidade (Abma e Martinez, 2006).

Outra razão frequentemente apontada pelas mulheres é o fato de não ter se casado. Apesar da crescente proporção de nascimentos ocorrem fora do casamento, enfraquecimento entre o casamento e a maternidade e o aumento da tolerância da diversidade em estilos de vida, os dados revelam que nunca ter se casado é correlacionado negativamente com ter filhos.

Segundo, a ordem de frequência das razões apresentadas, duas respostas rementem à estratificação das *"childless"* voluntárias e involuntárias. Essa separação não foi contemplada no estudo devido o reduzido número de observações e possíveis vieses na interpretação, contudo é foco de estudo de alguns países que apresentam uma proporção de mulheres que não tiveram filhos acima de 18% (como no caso do EUA em 2008).

Tabela 3

Razões que possivelmente impactaram a decisão de ter filhos. Brasil, Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher, 2006

	Sim		**Não**			
Razão de não ter filhos nascidos vivos	**%**	**n**	**%**	**n**	**Não sabe**	**Sem resposta**
Queria estudar	49,32%	144	41,91%	122	0,25%	8,52%
Queria aproveitar outras coisas	45,01%	131	46,10%	134	0,37%	8,52%
Nunca se casou	28,74%	84	62,47%	182	0,19%	8,60%
Nunca quis ter filhos	27,77%	81	62,11%	181	2,00%	8,13%
Não quis ter filhos	26,03%	76	64,30%	187	1,15%	8,52%
Medo do parto	21,91%	64	69,38%	202	0,19%	8,52%
Medo da gravidez	20,15%	59	71,13%	207	0,19%	8,52%
Não tem relações sexuais	11,22%	33	80,06%	233	0,19%	8,52%
Sem comp. com quem queria engravidar	17,51%	51	73,78%	215	0,19%	8,52%
Engravidou e perdeu	9,83%	29	81,45%	237	0,19%	8,52%
Engravidou e abortou	6,55%	19	84,73%	247	0,19%	8,52%
O companheiro não quis ter filhos	3,97%	12	87,11%	253	0,39%	8,52%
Outras razões	10,94%	32	80,51%	234	0,00%	8,56%

Fonte: PNDS, 2006

Abma e Martinez (2006) utilizam a Pesquisa Nacional de Crescimento Familiar realizada nos EUA para estudar a esterelidade voluntária e involuntária. Segundo as autoras, as mulheres que escolheram não ter filhos são geralmente mais educadas, com maior renda, experiência de participação do mercado de trabalho e menos religiosas.

A separação das mulheres que optaram por não ter filhos daquelas que não podem ter filhos (por constrangimentos ou incapacidade biológica) é importante para a identificação de possíveis violações dos direitos sexuais e reprodutivos e déficits no planejamento familiar.

Além das razões de não ter filho nascido vivo, o inquérito contemplou também as razões da mulher não ter engravidado (Tabela 4). Os resultados lançam luz à ineficiência do planejamento familiar, ao constar que há mulheres que não vivenciaram suas preferenciais reprodutivas (não consegui engravidar ou infertilidade). Ademais, as respostas indicaram uma possível variáveis para o modelo de regressão: o celibato (nunca teve relações sexuais).

Tabela 4

Razões de não ter engravidado. Brasil, Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher, 2006

Razão	Freq.	Percentual	Cum.
Nunca teve relações sexuais	30	11,97%	11,97%
Infértil	25	10,16%	22,13%
Companheiro infértil	6	2,59%	24,72%
Não conseguiu engravidar	47	19,02%	43,74%
Nunca desejou engravidar	93	37,28%	81,02%
Outras razões	33	13,16%	94,18%
Não sabe	14	5,82%	100%
Total	249	100%	

Fonte: PNDS

4. Conclusão

A queda da fecundidade no Brasil ocorreu em um curto espaço de tempo, e consequentemente tem amplas repercussões na estrutura etária da população e nas relações intergeracionais. Esse rápido processo de transição fez com que os focos das políticas públicas deslocassem das altas taxas de fecundidade e disparidades regionais para o problema emergente da TFT baixo no nível de reposição.

De modo geral, o Brasil encontram-se na Segunda Transição Demográfica, uma vez que: a) a TFT período é inferior a 2,1 e se considerarmos a TFT de coorte, há regiões com níveis de fecundidade classificados como "muito baixos" (<1,5); b) presencia-se alterações no arranjo das famílias e nas relações de casamento/coabitação. Associado à STD vivencia-se alterações nos padrões culturais, em que a pressão para ter filhos está sendo neutralizada e emergindo os chamados "Duplo Ingresso e Nenhum Filho", que são casais que investem na satisfação presente e optam por não ter filhos.

Tanturri (2015) também associa a queda da fecundidade e aumento do número de mulheres que não tem filhos com a esterilidade. Se for considerado o aumento na idade média à maternidade e a tendência de postergação da transição para a maternidade, supõem-se que não ter filhos pode ser associado também à perda da capacidade biológica em ter filhos – grosso modo, as mulheres postergam a maternidade e quando estão dispostas a ter filhos é frustrada pelo relógio biológico.

Por ser um tema relativamente novo e consequência do rápido declínio da fecundidade no país, não há estudos abrangentes sobre o aumento do número de mulheres e casais que não tiveram filhos no país, com indicações do perfil dessas mulheres e características que motivaram ou condicionaram seu comportamento reprodutivo.

Segundo Rowland (2007) estudos com essa temática são explorados na Europa, Austrália, Japão e Estados Unidos e têm como subsídio os dados de censos, registros nacionais e inquéritos de larga escala. Segundo o mesmo, as tendências são muito semelhantes entre os países para os quais há dados disponíveis: um pico nas taxas de mulheres que não tiveram filhos para as coortes de nascimento de 1880- 1910, uma queda mais ou menos contínua entre as coortes de nascimento de 1910-1945, e um aumento constante entre as coortes nascido depois da Segunda Guerra Mundial.

O presente estudo é um início sutil dos estudos sobre o comportamento reprodutivo das mulheres, que por escolha ou constrangimento das preferências reprodutivas, não tiveram filhos, sugere-se que sejam utilizadas diferentes fontes de dados (outras PNDS e Censos) para traçar uma sequência temporal e tentar prever o comportamento reprodutivo futuro.

O conhecimento de algumas variaveis que tem efeito sobre ter ou não filho(s) é insuficiente para compreensão do fenômeno, logo se faz necessário conhecer a série histórica, traçar perspectivas de futuro e mensurar o impacto desse comportamento nas taxas de fecundidade de coortes posteriores. Os estudos sobre fecundidade muito baixa no páis devem as "*childless brasileiras*" que optaram por "livros e outras coisas"

Referências

ALVES, J.E.D. CAVENAGHI, S, População e Desenvolvimento: a Terceira Transição Demográfica, APARTE - Inclusão Social em Debate, IE-UFRJ, Rio de Janeiro, 2008

Abma, J. C.; martinez, G.M. Childlessness Among Older Women in the United States: Trends and Profiles. **Journal of Marriage and Family** 68 (November 2006): 1045–1056

Brasil. Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, Ministério da Saúde. Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher - PNDS 2006: dimensões do processo reprodutivo e da saúde da criança. Brasília: Ministério da Saúde; 2009

Rowland, Donald T. Historical Trends in Childlessness. ***Journal of Family*** *Issues* 2007; 28; 1311

Carvalho, J.A.M; Garcia, R.A. O envelhecimento da população brasileira: um enfoque demográfico. **Cad. Saúde Pública**. Rio de Janeiro, 2003.

Caetano, A.J. O declínio da fecundidade e suas implicações: uma introdução. In: **Dez anos do Cairo: tendências da fecundidade e direitos reprodutivos no Brasil**. Campinas: ABEP e UNFPA, 2004.

Berquó, E. Cavenaghi, S. Mapeamento sócio-econômico e demográfico dos regimes de fecundidade no Brasil e sua variação entre 1991 e 2000. **XIV Encontro Nacional de EstudosPopulacionais**, ABEP, Caxambu-MG, 2004.

Hoem, J. M.; Neyer, G.; Andersson, G.. Education and childlessness The relationship between educational field, educational level, and childlessness among Swedish women born in 1955-59. VOLUME 14, ARTICLE 15, PAGES 331-380 PUBLISHED 09 MAY 2006 http://www.demographic-research.org/Volumes/Vol14/15/ DOI: 10.4054/**DemRes**.2006.14.15

Lira, S. A. Análise de correlação: abordagem teórica e de construção dos coeficientes com aplicações. Curitiba, 2004. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/dissertacao_sachiko.pdf

Livingston, G.; Cohn, Vera. Childlessness Up Among All Women; Down Among Women with Advanced Degrees. Pew Research Center's Social & Demographic Trends Project 02.419.4372 http://pewsocialtrends.org

Perpétuo, I.H.O; Wong, L.L.R. Desigualdades socioeconômica na utilização de métodos anticoncepcionais no Brasil: uma análise comparativa com base nas PNDS 1996 e 2006. Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. Ministério da Saúde. 2009

Wong, L. L. R.; Bonifácio, G. M. Evidências da diminuição do tamanho das coortes brasileiras: fecundidade abaixo donível de reposição nas principais regiões metropolitanas - 2004 a 2006. **XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, Caxambu- MG, 2008.

Souza, J.M; Sartoriz, A. Transição da Fecundidade no Brasil e Regiões: uma análise de Séries de Tempo. In: **XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, ABEB, Caxambu, 2006.

Tanturri, M. L., & Mencarini, L. (2008). Childless or childfree? Paths to voluntary childlessness in Italy. Population and Development Review, 34(1), 51-77

Tanturri, M.L et.al. State-of-the-art report Childlessness in Europe. Families and Societies, 2015